

Destaque é a disponibilidade imediata de US\$ 9 bilhões

Mailson da Nóbrega diz que está sendo liberada parcela muito superior à de outros acertos

MÁRCIA DE CHIARA
e DENIZE BACOCINA

Economistas avaliaram positivamente os termos do acordo fechado ontem entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma das diferenças desse acordo em relação a outros é a parcela significativa de recursos que estará disponível para o País quase imediatamente. São R\$ 9 bilhões agora e a mesma quantia no início de 1999, antes mesmo da primeira revisão trimestral do acordo.

Segundo o ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está sendo liberado de imediato uma fatia proporcionalmente muito maior que em outros acordos. Em 1983, quando ele negociou um empréstimo de US\$ 6 bilhões com o FMI, a primeira parcela foi de US\$ 2 bilhões, que representava 34% do total. Agora, essa fatia é de 44%, considerando os US\$ 18 bilhões de um total de US\$ 41 bilhões. "O acordo é uma prova inequívoca do esforço do País para resolver a questão fiscal e permitir atravessar o próximo ano, quando os recursos financeiros serão escassos, sem enfrentar uma crise cambial."

Para o economista do Lloyds Bank, Adauto Lima, a liberação imediata do dinheiro revela que os técnicos do Fundo admitiram que não poderiam fazer um acordo sujeito às metas de curto prazo. Segundo o economista-chefe do BMC, Marcelo

Allain, o desembolso imediato do dinheiro, apesar de mais caro, acalma os mercados. Além da quantia elevada, o economista-chefe do Banco Santander, Denny Rapaport, destaca a exigência, apenas, de metas fiscais, sem restrições em relação à política cambial e monetária. "Não é um pacote com muitos condicionantes", diz ele. "É uma vitória do governo brasileiro", afirma.

Diferenças – Mailson destaca que uma das principais diferenças desse acordo ocorre no campo institucional. Na sua opinião, ao contrário das últimas vezes em que País recorreu ao Fundo, em 1983 e 1988, há hoje muito mais transparência e controle das contas públicas, o que torna mais factível o cumprimento das metas. Além disso, ressalta, o governo conta agora com o apoio da opinião pública para aprovar o ajuste no Congresso Nacional. No passado, o Orçamento ficava na mão do Conselho Monetário Nacional (CMN) que não conseguia controlar as contas porque tudo ficava em aberto.

Para o economista do Santander, a confirmação dos US\$ 41 bilhões, um volume bastante expressivo, dá tranquilidade ao mercado internacional. Mesmo a parcela

inicial, de US\$ 9 bilhões, é considerada suficiente para tranquilizar os investidores sobre o nível de reservas brasileiras.

"É um volume muito superior ao que o Brasil precisa no curto prazo", diz. Ele acha que os investidores externos ainda podem demorar um tempinho para recuperar a confiança e voltar a investir no País, mas confia nessa tendência.

**QUANTIA É
SUFICIENTE
PARA ACALMAR
MERCADOS**